



Nota dos editores

Bernardo Lanza Queiroz*

Maria Carolina Tomás**

Julia Almeida Calazans***

Em janeiro de 2025, assumimos com muito orgulho e entusiasmo a editoria da *Revista Brasileira de Estudos de População*. Agradecemos aos professores Cássio M. Turra e Igor C. Johansen, editor e coeditor da gestão 2023-2024, pelo trabalho e dedicação à revista e pelo processo suave de transição da editoria. Mantemos o compromisso de continuar o trabalho de qualidade e de ampliar a internacionalização da revista.

O ano de 2025 marca o centenário da pesquisadora Elza Berquó, pioneira nos estudos de população, cuja produção científica diversa e inovadora mantém impacto até os dias atuais. Nascida em Guaxupé (MG), Elza Salvatori Berquó é matemática, estatística e demógrafa. Formou-se em Matemática na PUC-Campinas, fez mestrado em estatística na USP e doutorado em bioestatística pela Universidade de Columbia, nos EUA. Sua trajetória acadêmica é marcada por pioneirismos em diversas áreas de estudo da demografia no Brasil.

Em 1966, Elza participou da fundação do Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (Cedip) na USP – um dos primeiros núcleos de estudo demográfico no Brasil. Durante o regime militar, foi aposentada compulsoriamente em 1968, por meio do AI-5, o que interrompeu suas pesquisas e a impediu de entrar na universidade. No entanto, no ano seguinte (1969), retomou suas atividades ao ser convidada a participar da fundação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), junto com Fernando Henrique Cardoso, Cândido Procópio Ferreira de Camargo, José Arthur Giannotti, Juarez Brandão Lopes, Lucio Kowarick e Francisco de Oliveira, criando um espaço de produção intelectual e política em meio à repressão. No Cebrap, ela retomou e ampliou suas investigações demográficas, com foco em saúde sexual e reprodutiva.

* Departamento de Demografia, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte-MG, Brasil (lanza@cedeplar.ufmg.br; <https://orcid.org/0000-0002-2890-1025>).

** Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte-MG, Brasil (mctomas@pucminas.br; <https://orcid.org/0000-0003-0811-4320>).

*** Mortality and Inequality Research Group, London School of Hygiene and Tropical Medicine, Londres, Reino Unido (julia.calanzas@lshtm.ac.uk; <https://orcid.org/0000-0002-6215-3251>).

Em 1982, participou ativamente da criação do Núcleo de Estudos de População (Nepo), vinculado à Unicamp, que mais tarde passou a levar seu nome. Sob sua liderança, o Nepo consolidou-se como importante centro de pesquisa em demografia, atuando em múltiplas linhas de investigação: saúde reprodutiva, demografia histórica, população e ambiente, gênero, migração, entre outras.

Durante a gestão de Elza Berquó na Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), em 1984, foi criada a *Rebep*, que completou 40 anos em 2024 e é um dos principais meios de divulgação dos estudos populacionais no Brasil e na América Latina.

Entre suas inúmeras funções e cargos ocupados, destaca-se o período em que presidiu a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD), de 1995 a 2002. Foi membro das Comissões Consultivas dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, teve atuação expressiva em diversas associações de estudos populacionais e científicas: foi membro fundadora da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), 1977; integrante da International Union for the Scientific Study of Population (Iusspp), da Population Association of Americas (PAA) e da Asociación Latinoamericana de Población (Alap); membro da Ordem do Mérito Científico Classe Grã-Cruz, 1998; e membro titular da Academia Brasileira de Ciências, 2000. Em 2013, recebeu o título de Pesquisador Emérito do CNPq.

Ao longo da carreira, Elza coordenou várias pesquisas sobre diferentes temas, como transição demográfica, fecundidade, direitos reprodutivos, morbi-mortalidade feminina, saúde reprodutiva de mulheres negras, comportamentos sexuais, expectativa de vida. Suas contribuições envolvem também questões sobre a estrutura familiar, casamento e os desafios enfrentados por populações em contextos de vulnerabilidade, desigualdades econômicas e educacionais. A diversidade de temas abordados evidencia sua influência em todo o campo da demografia e sua ousadia em levantar debates inovadores para a época. Sua produção científica, marcada pela interdisciplinaridade e fronteiras com outras áreas do conhecimento, consolidou um campo de estudos que interliga a demografia com as ciências sociais, ampliando, principalmente, as perspectivas sobre as necessidades e direitos das mulheres. Além das temáticas abordadas, Elza Berquó também teve importantes contribuições para o desenvolvimento metodológico da área. Ademais, sua contribuição reverbera como os trabalhos acadêmicos têm potencial de influenciar as políticas públicas. Sua dedicação em estudar a interação entre as variáveis sociais e a saúde populacional contribuiu profundamente para o entendimento de como a política pública pode melhorar as condições de vida das pessoas e reduzir desigualdades sociais no Brasil. Sawyer (2025) apresenta mais detalhes sobre a carreira científica de Elza Berquó e suas importantes contribuições à demografia.

A vivacidade dos temas abordados por Elza pode ser observada nessa edição de 2025 da *Revista Brasileira de Estudos de População*, volume 42, que reúne 30 artigos que abordam as três componentes demográficas – mortalidade, fecundidade e migração –, além

de questões relacionadas à estrutura e ao tamanho populacional e outros temas centrais para os estudos populacionais, tanto no Brasil como em outros países.

Três trabalhos desta edição se concentram em discutir como as causas de óbito afetam as desigualdades sociais, demográficas e regionais na esperança de vida. **Torres, Paredes e De Armas (2025)** analisam o impacto da pandemia de Covid-19 no Uruguai entre 2020 e 2022, explorando as disparidades regionais em mortalidade e a contribuição das diferentes causas de morte para as mudanças na expectativa de vida. Os resultados mostram um maior aumento da mortalidade na zona norte do país, especialmente nas áreas fronteiriças com o Brasil em 2021 e 2022. As maiores perdas de expectativa de vida foram observadas em 2021, principalmente associadas à mortalidade por Covid-19. **Passarelli-Araujo et al. (2025)** estimam a contribuição da mortalidade por doenças do aparelho respiratório para a expectativa de vida ao nascer entre 2000 e 2019 nos municípios produtores de petróleo da Bacia de Campos (RJ). O estudo mostra que os ganhos potenciais na expectativa de vida com a eliminação hipotética dessa causa são maiores para mulheres do que para homens, ampliando o hiato de gênero na longevidade. Ao trazer essa reflexão, os autores destacam a importância de interpretar simulações de expectativa de vida à luz da estrutura residual das causas de morte e da competição entre elas. **Moraes, Lopes e Alves (2025)** investigaram o impacto da depressão na expectativa de vida da população brasileira com deficiência auditiva, destacando que mulheres jovens com deficiência auditiva severa requerem atenção especial devido ao efeito significativo da depressão sobre sua expectativa de vida. Os autores enfatizam a necessidade de políticas públicas voltadas à redução das barreiras de comunicação entre pacientes, médicos e demais profissionais de saúde.

Outro tema relevante nesta edição é a mortalidade materna e neonatal. **Patrício-Baldera, Santos-Mercedes e Ruiz-Vallejo (2025)** analisam como a pandemia de Covid-19 influenciou a magnitude e a distribuição das desigualdades sociais relacionadas à mortalidade materna na República Dominicana. Os autores estimaram uma razão de 153,6 mortes maternas por 100.000 nascidos vivos, observando alta variabilidade a nível provincial. Identificaram uma correlação positiva entre mortalidade materna, analfabetismo e baixo nível socioeconômico e uma correlação negativa com a chefia feminina de domicílio e a residência em áreas urbanas. Dessa forma, concluíram que a pandemia intensificou as disparidades sociais na mortalidade materna, revelando vulnerabilidades estruturais que persistem mesmo em contextos de melhoria geral da saúde reprodutiva. **Puty, Adami e Fonseca (2025)**, por sua vez, avaliaram a viabilidade de recém-nascidos prematuros no Brasil, entre 2012 e 2019. A viabilidade neonatal é definida como a idade gestacional mínima em que o recém-nascido possui uma probabilidade superior a 50% de sobreviver fora do útero, geralmente situada entre 22 e 24 semanas de gestação. Os resultados indicam uma viabilidade média de 26 semanas, superior à observada em países como Japão, Estados Unidos e Canadá, onde intervenções de suporte intensivo já são iniciadas a partir da 22^a semana. Os resultados também mostram que, no Brasil, 26% dos óbitos ocorreram nas primeiras 24 horas de vida e 44% até o sétimo dia, refletindo o peso das condições imediatas do nascimento e das

desigualdades na estrutura hospitalar. Os autores destacam, portanto, a necessidade de investimentos na atenção perinatal e no aconselhamento adequado às famílias.

No campo da saúde, Fechine *et al.* (2025) propõem um indicador sintético de acesso aos serviços de saúde, o Índice de Acesso aos Serviços de Saúde, elaborado por região administrativa do Distrito Federal, considerando tanto a oferta quanto a acessibilidade geográfica aos estabelecimentos. Os resultados revelam diferenças significativas na distribuição dos equipamentos e nas dificuldades de acesso, sobretudo para populações historicamente vulneráveis, como pessoas com menor renda, baixa escolaridade e população negra, reforçando a necessidade de políticas públicas locais, de modo a reduzir desigualdades e ampliar a efetividade do acesso aos serviços de saúde.

Silva Filho (2025) apresenta uma perspectiva distinta dos demais estudos, abordando o fenômeno do envelhecimento e o sujeito da velhice no ensaio *A velhice*, de Simone de Beauvoir (1970). Segundo o autor, Beauvoir denuncia a marginalização dos idosos e a recusa da sociedade em reconhecer a velhice como parte da experiência humana. Beauvoir evidencia que o envelhecimento não é apenas biológico, mas histórico e social, variando conforme condições de vida e valores atribuídos às pessoas idosas. Sua crítica aponta práticas de exclusão e abuso e, ao mesmo tempo, reivindica a agência e os direitos dos idosos. Ao recuperar essa obra, a resenha ressalta sua atualidade e relevância para os estudos sobre envelhecimento, enfatizando que Beauvoir inaugura um debate crucial para romper o silêncio social sobre a velhice e repensar o lugar dos idosos na sociedade contemporânea.

Quatro artigos e um texto de opinião dialogam com as dimensões da fecundidade e do comportamento reprodutivo. Pedetti (2025) investigou a transmissão intergeracional da idade ao primeiro nascimento no Uruguai, por meio da história de nascimentos, mostrando que a idade em que as mães têm o primeiro filho influencia fortemente o momento em que seus filhos e filhas também se tornam pais. Essa relação persiste mesmo quando se consideram diferenças de idade, origem étnico-racial, local de residência e escolaridade, destacando o papel das trajetórias familiares na reprodução de padrões demográficos ao longo do tempo. Loyola, Peláez e Acosta (2025) analisam a evolução da fecundidade na Argentina, entre 2010 e 2022, observando que, após um período de estabilidade, as taxas caíram de forma acentuada, especialmente entre mulheres com níveis educacionais mais baixos e mais altos. Os autores mostram que essa redução está associada, principalmente, às mudanças no comportamento reprodutivo dentro dos grupos educacionais, e não à composição desses grupos, sugerindo que transformações nas preferências e condições de vida das mulheres foram mais determinantes do que mudanças estruturais na distribuição da escolaridade. No Brasil, Leocádio, Verona e Wajnman (2025) exploram a relação entre equidade de gênero nas famílias e intenções de fecundidade, combinando dados de diferentes pesquisas nacionais e aplicando métodos de *machine learning*. De modo geral, os resultados apontam uma associação negativa: famílias mais igualitárias tendem a ter menor intenção de ter um segundo filho. Os autores levantam hipóteses sobre

a mensuração das variáveis e sobre o próprio estágio do Brasil na chamada “revolução de gênero”, ainda incompleta em sua dimensão pública e institucional. Em contrapartida, **Sadarang (2025)** investigou o uso da contracepção masculina na Indonésia, identificando fatores como local de residência, exposição à mídia e conhecimento sobre ovulação como determinantes do uso de métodos contraceptivos entre os homens. O estudo reforça que, mesmo em temas tradicionalmente centrados nas mulheres, o envolvimento e a informação dos homens são fundamentais para promover escolhas reprodutivas mais conscientes e equitativas. **Carvalho (2025)** apresenta uma discussão geral sobre o relatório das Nações Unidas sobre fecundidade e preferências por fecundidade e traz a discussão para o contexto recente do Brasil.

A edição também reúne trabalhos sobre desigualdades de gênero, raça e família. **Sá et al. (2025)** estimaram o Índice de *Gap* de Gênero dos Estados Brasileiros para 2014 e 2018, considerando educação, saúde, empoderamento político e participação econômica. Os resultados revelam avanços modestos, especialmente em trabalho e representação política, mas destacando a persistência de desigualdades em todos os estados. **Guimarães et al. (2025)** apresentam uma análise crítica à aplicação do Índice de *Gap* de Gênero realizada por Sá e colegas, no mesmo volume, e apontam caminhos e alternativas para a discussão no contexto do Brasil. **Tomás (2025)** analisa padrões de uniões inter-raciais, mostrando que, após um aumento até o início dos anos 2000, as taxas se estabilizaram. As diferenças regionais e a evidência de uma possível “troca de *status*” – em que o parceiro de cor mais escura tende a ter maior escolaridade – revelam que as relações conjugais ainda refletem hierarquias raciais e sociais, apesar dos avanços culturais e institucionais.

Na temática da migração, os estudos reunidos procuraram avançar tanto na reflexão teórica quanto nos aspectos metodológicos que envolvem os movimentos populacionais no Brasil contemporâneo. **Lobo, Garcia e Ferreira (2025)** destacam a crescente mobilidade pendular de idosos na Região Metropolitana de Belo Horizonte, mostrando que deslocamentos cotidianos permanecem relevantes mesmo na velhice. **Santos e Guedes (2025)** adaptaram o método residual para estimar o saldo migratório líquido de brasileiros, indicando que a migração internacional teve impacto limitado sobre o tamanho da população nacional, mas ainda oferece pistas valiosas sobre mudanças nos padrões por idade e sexo. **Soares e Barbieri (2025)** exploraram o Cadastro Único como fonte promissora para estudar a população de baixa renda. Sua riqueza de informações e a abrangência temporal e territorial abrem novas possibilidades para compreender as dinâmicas migratórias e subsidiar políticas públicas mais sensíveis às desigualdades sociais e territoriais. Em diálogo com essas contribuições, **D'Antona (2025)** integrou dimensões demográficas e ambientais, mostrando como a concentração e a dispersão populacional influenciam o desmatamento e a fragmentação florestal nas reservas extrativistas amazônicas, articulando população, território e sustentabilidade. O estudo destaca a importância de incorporar medidas de distribuição espacial das florestas e variáveis demográficas espaciais na pesquisa sobre população e meio ambiente.

Dentro da tradição histórica da revista, dois artigos apresentam discussões e propostas metodológicas para os estudos demográficos. Campos e Macedo (2025) apresentam a técnica Pillar Integration Process, que permite integrar, de forma transparente e rigorosa, dados qualitativos e quantitativos em um mesmo processo de pesquisa. Além de detalhar todas as etapas de aplicação da técnica, o trabalho apresenta um exemplo de sua utilização no estudo da migração indígena para as cidades no Brasil, tema em que se observa elevada fragmentação metodológica entre os estudos publicados. Souza Junior *et al.* (2025) propõem um método para criar populações sintéticas a partir do Censo de 2010, com o objetivo de melhorar a representação das minorias raciais nos municípios. Para preservar o anonimato individual nos dados, o Censo reduziu algumas variáveis a categorias mais amplas e removeu dados com identificações pessoais. As estratégias de composição de dados das tabelas de contingência e dos microdados são diferentes e, ao comparar amostras de ambos os dados, observa-se que a variável raça nos microdados ignora a presença de minorias em alguns municípios. Assim, os autores reforçam que o método proposto permite gerar populações sintéticas com totais próximos aos dos microdados, mantendo os valores e proporções das tabelas de contingência. Ambos os trabalhos ressaltam como avanços metodológicos podem promover análises demográficas mais precisas e inclusivas.

A longa tradição abepiana de estudos de Demografia Histórica também está representada no atual volume da revista. Klein e Luna (2025) investigaram o impacto das exportações de açúcar e café sobre famílias e estruturas domésticas em dois centros produtores de São Paulo na segunda década do século XIX, mostrando como cor, idade, sexo e *status* legal moldavam a organização social da época. O estudo evidencia como as diferenças nas condições econômicas influenciaram a vida cotidiana e as hierarquias sociais nesses importantes polos de produção. Por sua vez, Barroso (2025) discorre sobre a segunda edição de *História social das populações do Brasil escravista*, organizada por Ana Silvia Volpi Scott e Sergio Odilon Nadalin, destacando a obra como um clássico contemporâneo que revisita dinâmicas populacionais do período escravista, abordando ilegitimidade, mobilidade, regimes demográficos e sistemas familiares em diversas regiões.

Por fim, esta edição traz estudos sobre educação, mercado de trabalho e transições para a vida adulta. Araújo e Netto Junior (2025) mostram que diferenças educacionais e ocupacionais entre pais e mães influenciam a mobilidade intergeracional, mostrando que mães em estratos mais elevados tendem a promover maior ascensão educacional e ocupacional dos filhos. Garcia e Tillmann (2025) evidenciam que a composição familiar afeta o desempenho escolar, revelando que crianças que vivem com ambos os pais apresentam melhores resultados acadêmicos, o que reforça a importância de políticas voltadas ao apoio de famílias solo. Gluzmann, Tornarolli e Velázquez (2025) analisam a proporção de jovens “nem-nem” na América Latina e mostram que ela segue um padrão contracíclico, mas que há um núcleo persistente de jovens enfrentando barreiras estruturais à educação e ao trabalho. Pereira e Queiroz (2025) exploram as mudanças na transição para a vida adulta no Nordeste, entre 1991 e 2010, destacando o adiamento, a diversificação e as desigualdades

que marcam esse processo, sobretudo por sexo, raça e condição socioeconômica. Pereira *et al.* (2025) investigaram a relação entre comportamentos saudáveis e rendimentos do trabalho, mostrando associações diversas e, por vezes, negativas, especialmente para mulheres, o que sugere interações complexas entre tempo, saúde e inserção ocupacional. Figueiredo e Myrrha (2025) discutem a evolução da estrutura etária e o aproveitamento da janela demográfica, comparando a região do Semiárido Setentrional com o Semiárido Meridional e o restante do país, no período de 1970 a 2022. Os resultados revelam convergência da estrutura etária entre as regiões. Entretanto, o bônus demográfico ocorreu em períodos distintos, refletindo limitações persistentes nas oportunidades econômicas locais.

Em 2025, a *Rebep* continua investindo na internacionalização da revista, o que está refletido nos artigos publicados em inglês e espanhol e na participação de diversos autores vinculados a instituições estrangeiras. Para a produção de 2026, continuamos com esse compromisso e esperamos que os pesquisadores fomentem o debate sobre grandes questões demográficas no período mais recente e atualizem a dinâmica demográfica brasileira em áreas menores, a partir dos dados do Censo Demográfico de 2022, previstos para serem divulgados em 2025 pelo IBGE.

A aguardada divulgação dos microdados do Censo Demográfico de 2022 é fundamental para o avanço dos estudos e mantém a tradição histórica do IBGE de acesso público aos microdados de pesquisas brasileiras. Ademais, ressalta-se que a revista tem perfil multi e interdisciplinar com artigos sobre temas relacionados aos estudos de população, além dos principais componentes da dinâmica demográfica, incluindo áreas como trabalho, educação, saúde, desigualdades e análise de políticas públicas. Portanto, convidamos todos os pesquisadores interessados nestes temas para submeterem seu trabalho à *Rebep*.

A relevância da revista depende do trabalho e apoio de diversas pessoas e instituições. A *Rebep* é viabilizada pela dedicação ímpar e esforço de nossas colaboradoras, fundamentais nas etapas de revisão, editoração, diagramação e publicação dos artigos. Agradecemos, também, às e aos pareceristas pela leitura cuidadosa e atenta de todos os trabalhos, ajudando a manter a qualidade e o prestígio da *Rebep*. Agradecemos a todos os(as) autores(as) que submeterem seu artigo à revista, à Associação Brasileira de Estudos Populacionais pelo apoio institucional e à parceria e importante apoio financeiro da Fundação Carlos Chagas. Graças a essa parceria, de longa data, garantimos o acesso aberto à revista e a isenção de taxas aos autores, fortalecendo a ciência aberta.

Referências

ARAÚJO, A. F. V de; NETTO JUNIOR, J. L. da S. Dinâmica intergeracional de ocupação e educação no Brasil em lares biparentais: uma análise a partir da PNAD 2014. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0316, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0316>.

BARROSO, D. S. Um mosaico de gentes: revisitando as histórias das populações do Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0310, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0310>.

CAMPOS, M.; MACEDO, D. R. Métodos mistos em estudos populacionais: o uso da técnica Pillar Integration Process como estratégia de integração metodológica. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0309, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0309>.

CARVALHO, A. A. de. Preferências reprodutivas e fecundidade não realizada no Brasil: algumas reflexões a partir dos dados do relatório da ONU “A verdadeira crise de fecundidade”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0314, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0314>.

D'ANTONA, Á. de O.; CÔRTES, J. C.; ALVES, J. D. G.; PELEGRINA, G.; DUARTE, L. T. Spatial distribution of population and forest cover in extractive reserves in the Amazon biome, Brazil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0294, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0294>.

FECHINE, V. M. R.; FLEURY, M. P. de S.; VASCONCELOS, A. M. N.; CRUZ, R. C de S. Indicador de acesso aos serviços de saúde no Distrito Federal: um estudo ecológico. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0298, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0298>.

FIGUEIREDO, J. de S.; MYRRHA, L. J. D. Estrutura etária, janela de oportunidade e emprego formal no Semiárido Setentrional: uma análise regional alternativa. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0315, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0315>.

GARCIA, M. R.; TILLMANN, E. Influence of family composition on academic performance. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0300, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0300>.

GLUZMANN, P.; TORNAROLLI, L.; VELÁZQUEZ, C. El ciclo económico: una pieza en el rompecabezas de los jóvenes que ni estudian ni trabajan en América Latina. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0312, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0312>.

GUIMARÃES, R. M.; COVRE-SUSSAI, M.; RIBEIRO, M. da S.; VEGGI, A. B.; MEIRA, K. C.; NOVAES, C. de O. Análise crítica do Índice de *Gap* de Gênero dos Estados Brasileiros: uma avaliação metodológica e epistemológica. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0317, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0317>.

KLEIN, H.; LUNA, F. V. Sugar and coffee in São Paulo: family and household structure in Itu and Areias in 1829. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0297, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0297>.

LEOCÁDIO, V.; VERONA, A. P.; WAJNMAN, S. Associação entre equidade de gênero na família e intenções de fecundidade: uma análise do contexto brasileiro com *machine learning*. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0299, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0299>.

LOBO, C.; GARCIA, R. A.; FERREIRA, R. N. Mobilidade da população idosa na Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0291, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0291>.

LOYOLA, V. F.; PELÁEZ, E.; ACOSTA, L. D. Fecundidad y educación en Argentina: el caso de las regiones Noroeste Argentino y Pampeana entre 2010 y 2022. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0303, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0303>.

MERCEDES, K. D. S.; BALDERA, J. P.; RUIZ-VALLEJO, F. Mortalidad materna en la República Dominicana: desentrañando las desigualdades en tiempos de la pandemia de COVID-19. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0313, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0313>.

MORAES, R. R. de; LOPES, J. V. A.; ALVES, L. C. Estimating depression-free life expectancy in the hearing-impaired population in Brazil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0292, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0292>.

PASSARELLI-ARAUJO, H.; SOUZA, L. G.; SIVIERO, P. C. L.; SOUZA, J. de; FERREIRA, M. A. Doenças respiratórias e o hiato de gênero na expectativa de vida: evidências dos municípios produtores de petróleo da Bacia de Campos, Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0305, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0305>.

PEDETTI, G. Transmisión intergene racional de la edad al primer nacimiento de madres a hijos e hijas en Uruguay. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0296, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0296>.

PEREIRA, A. J. da S.; QUEIROZ, S. N. de. Modalidades de transição à vida adulta entre os jovens no Nordeste na passagem do século XX para o XXI. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0302, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0302>.

PEREIRA, R. M.; TRIACA, L. M.; OLIVEIRA, C. A. de; VILELA, G. da F. Healthy habits and the labor market: a quantile analysis for Brazil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0304, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0304>.

PUTY, T. C.; ADAMI, F.; FONSECA, F. L. A. Análise da viabilidade neonatal no Brasil, 2012-2019: estudo de base populacional e desenvolvimento de ferramenta de consulta pública *online*. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0307, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0307>.

SÁ, F. J. S. de; ALMEIDA, A. C.; BATISTA, A.; BRAGA, C.; JARDIM, S. C. Explorando a desigualdade de gênero nos estados brasileiros: construção e análise do índice de *gap* de gênero. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0289, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0289>.

SADARANG, R. A. I. Exploring Indonesian men's role in family planning: factors and implications from a cross sectional study. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0311, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0311>.

SANTOS, R. O.; GUEDES, G. R. Notas sobre a estimativa de saldos migratórios de brasileiros no Brasil a partir de censos demográficos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0295, 2025. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0295>.

SAWYER, D. O. (2025). Professora Elza Berquó e a demografia brasileira. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, e0318, 2025. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0318>.